



Cidadania no território



- ✓ **O que é Cidadania?**
- ✓ **O sistema de três poderes e as instâncias do poder**
- ✓ **Cidadania no território**
- ✓ **As quatro dimensões da Cidadania**
- ✓ **A importância do voto**
- ✓ **Conservar o patrimônio público: uma ação de cidadania**
- ✓ **Os adversários da Cidadania**
- ✓ **Os aliados da Cidadania**
- ✓ **Portaria 642: por uma Educação mais Cidadã**

“

Historicamente nossa República nunca foi republicana nem democrática. Pode-se mesmo dizer, com certo exagero, que foi menos democrática quando era mais republicana, e menos republicana quando mais democrática. A dificuldade em conjuntar as duas dimensões persiste. (...) Na falta de representação respeitável e respeitada, o fortalecimento da república e da democracia fica dependendo sobretudo do envolvimento dos cidadãos.

José Murilo de Carvalho, historiador

”

Introdução

Antes de iniciarmos, precisamos fazer um questionamento que antecede a tudo o que falaremos neste curso. Aqui vai: você sabe qual é a diferença entre um morador de uma cidade e um cidadão desta mesma cidade?

A pergunta não é uma provocação aleatória, tampouco uma pegadinha. Muita gente vê os dois termos como correlatos, talvez até sinônimos, mas as diferenças entre moradores e cidadãos são decisivas no papel de cada pessoa dentro de suas respectivas realidades e territórios.

Caso você ainda não saiba quais são as diferenças - ou esteja pensativo, refletindo sobre elas - , não se preocupe. Ao final deste curso você saberá muito bem separá-las e também descobrirá o que precisa fazer para realizar a transição de um papel para o outro.

© Diogo Salles / Trágico e Comô



O que é Cidadania? Entendendo o conceito

Cidadania é um termo que vem de *civitas*, “cidade” em latim, e corresponde à condição de uma pessoa enquanto membro de uma sociedade. Já o cidadão, para ser detentor dos direitos concedidos pela Cidadania, deve cumprir os seus deveres perante a sociedade, estabelecidos por meio de regras e leis e, assim, poder desfrutar de direitos. Esse arranjo é conhecido por “contrato social”, definido por Jean-Jacques Rousseau - e é através dele que são formados o Estado e a Constituição.

Esses direitos não apareceram repentinamente na vida humana. Foi uma construção feita através dos séculos, de acordo com os avanços das sociedades ao longo da história. Foi desta forma que o edifício da Cidadania foi erguido. Quem melhor soube traduzir essa construção foi o sociólogo britânico T. H. Marshall.

Em primeiro lugar, no século XVIII, surgiram os Direitos Civis, que são direitos fundamentais à vida: liberdade individual, propriedade, justiça e igualdade perante a lei.

Depois, no século XIX, vieram os Direitos Políticos, que garantem a participação do cidadão no governo, através do voto, com parlamento livre e representativo.

E, finalmente, século XX, os Direitos Sociais, que garantem acesso universal a serviços básicos: saneamento, saúde, educação, entre outros.

Podemos notar que, de acordo com Marshall (1950), os direitos civis devem servir de base para a construção da cidadania numa sociedade. A partir dessa base, os direitos políticos e sociais viriam, nessa ordem, no sentido de completar este edifício.

Ocorre que, no Brasil, essa ordem foi subvertida. Segundo o historiador José Murilo de Carvalho (2001), primeiro tivemos os direitos sociais, implantados durante a Era Vargas na década de 1930. Depois vieram os direitos políticos, que só foram plenamente reestabelecidos na década de 1980. E finalmente os direitos civis, que ainda carecem de uma maior consistência, especialmente no tocante à justiça e igualdade perante a lei.

E não parou aí. No Brasil, não apenas a ordem foi subvertida, como a pirâmide de Marshall foi posta de cabeça para baixo, conforme mostra o gráfico abaixo.



Dessa forma, a Cidadania no Brasil ganhou outra forma e se estabeleceu, segundo José Murilo de Carvalho (2001), como uma "Estadania":

"Uma consequência importante é a excessiva valorização do Poder Executivo. Se os direitos sociais foram implantados em períodos ditoriais, em que o Legislativo ou estava fechado ou era apenas decorativo, cria-se a imagem, para o grosso da população, da centralidade do Executivo. O governo aparece como o ramo mais importante do poder, aquele do qual vale a pena aproximar-se. [...] Essa orientação para o Executivo reforça longa tradição portuguesa, ou ibérica, patrimonialismo. O Estado é visto sempre como todo-poderoso, na pior hipótese como repressor e cobrador de impostos; na melhor, como um distribuidor paternalista de empregos e favores. [...] Essa cultura mais voltada para o Estado do que para a representação é o que chamamos de 'estadania', em contraste com a cidadania."

José Murilo de Carvalho - Cidadania no Brasil

A cultura política brasileira que se criou foi de que os poderes legislativo e judiciário têm papel subalterno na República. Vem daí a dificuldade da população em enxergar o papel-chave que vereadores e deputados têm na questão da representatividade e nas discussões sobre políticas públicas, sejam no âmbito local ou nacional.

Em um questionário realizado com alunos do 9º ano de Cascavel (CE), em 2018, revelou-se que muitos ainda têm dúvidas sobre quais devem ser as atribuições de um vereador, misturando-as com atribuições do Executivo e confirmando o conceito de "estadania".

Por sua vez, a questão da cultura política autoritária e da centralização das instituições explicam parte do atraso educacional no Brasil, segundo Colistete (2017, apud CARIELLO e CO-

ELHO), uma vez que as populações locais não tinham quaisquer meios de reivindicar mais escolas dentro do território, tendo de aceitar as decisões de cima para baixo vindas do governo central das províncias - situação que só mudaria de fato a partir da Constituição de 1988.

Outro aspecto importante foi levantado por Hannah Arendt (1950), segundo a qual o preconceito contra a política é intrínseco no ser humano e, por estar ancorado no passado, se transmite de geração em geração.

Segundo ela "o indivíduo em seu isolamento jamais é livre; só pode sê-lo quando adentra o solo da *polis* e age nele." Vem daí a importância de, antes de tudo, compreender a teoria da separação dos poderes dentro do sistema democrático - e é sobre isso que falaremos a seguir.

O sistema de três poderes e os três níveis do poder

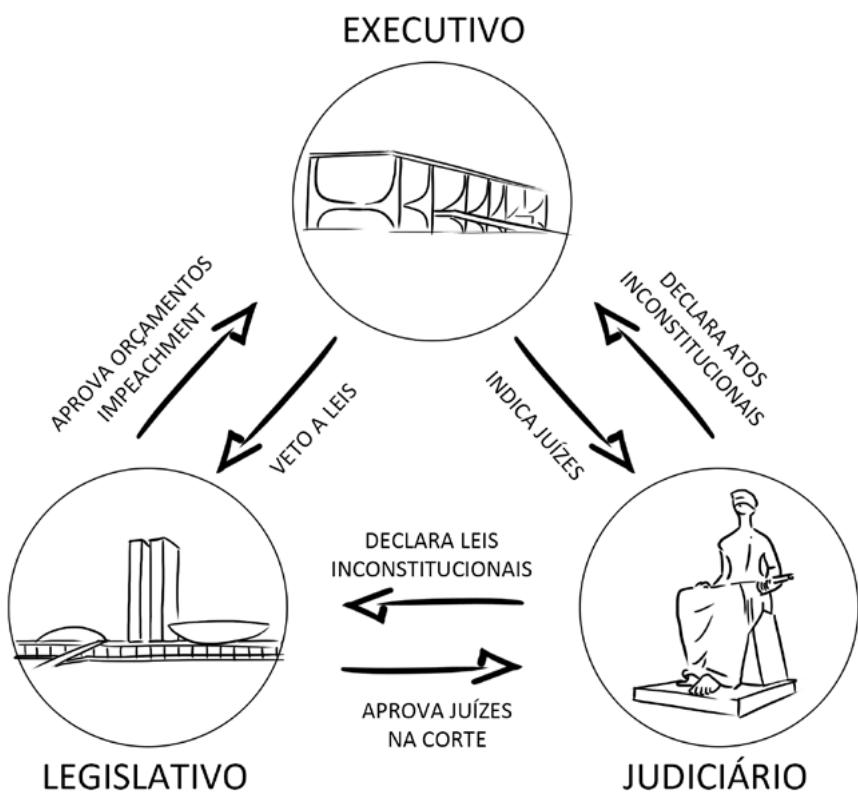
O sistema de três poderes tem como objetivo evitar que o poder se concentre nas mãos de uma pessoa e, assim, evitar a tirania. O conceito surgiu na Grécia Antiga, sendo proposto por Aristóteles em seu livro *A Política*.

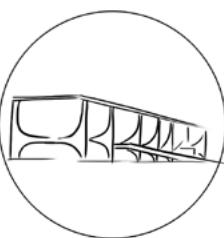
No século XVIII, na crescente onda de críticas ao absolutismo monarquista, pensadores iluministas, como John Locke e Montesquieu, sugeriram como deveria ser feita a divisão entre os poderes. No modelo proposto por Montesquieu, os poderes se dividiriam em: Executivo, Legislativo e Judiciário.

Desta forma, criava-se um sistema de freios e contrapesos entre os poderes, de maneira que nenhum deles pudesse ter mais poder sobre o outro.

No Brasil, o conceito de Três Poderes é cláusula pétreia na Constituição Federal de 1988,

conforme diz o Art. 2º: "São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário."



**LEGISLATIVO****EXECUTIVO****JUDICIÁRIO**

Federal:
Deputados e
Senadores

Estadual:
Deputados
estaduais

Municipal:
Vereadores

Federal:
Presidente

Estadual:
Governador

Municipal:
Prefeito

Federal:
Supremo Tribunal Federal e
Tribunais Regionais Federais

Estadual:
Juízes estaduais e
Tribunais de Justiça

Justiças Eleitoral, do
Trabalho e Militar

O Poder Executivo é responsável pela administração do Estado. O presidente chefa o País, os governadores chefiam seus respectivos estados, e os prefeitos chefiam seus respectivos municípios.

Já o Poder Legislativo segue a mesma lógica, com deputados federais e senadores legislando sobre questões nacionais; deputados estaduais legislando em seus estados e vereadores legislando em seus municípios.

E finalmente o Poder Judiciário, que é responsável pela interpretação e execução das leis, observando os limites da legislação e o que diz a Constituição. As instâncias máximas são o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Superior Tribunal de Justiça (STJ), tendo tribunais regionais julgando questões locais.

Já dentro de cada um desses poderes, temos três níveis que estabelecem suas jurisdições: federal, estadual e municipal.

Neste curso, vamos nos ater ao plano municipal, pois é no território que o cidadão comum pode contribuir na construção da política pública.

Porém, convém apontar para alguns perigos que a era digital trouxe consigo: a descrença na democracia e o avanço do populismo.

A descrença na democracia vem, em primeiro lugar, da desconfiança natural da população em relação à burocracia estatal. O cidadão vê a máquina do estado como um aparelho eficiente para cobrar impostos, mas ineficiente na hora de lhe entregar serviços básicos de volta.

Contribui para isso o fato de que novas redes de informação são de tal forma inexplicáveis que partidos populistas e líderes carismáticos acabam se apresentando como os verdadeiros representantes do povo. São em momentos assim que sempre aparece aquele velho conhecido do brasileiro: o salvador da pátria (lembra dele?). Harari (2024) explica: "Quando as pessoas não conseguem mais entender o mundo e se sentem inundadas por uma enxurrada de informações que não conseguem digerir, elas se tornam presas fáceis de teorias conspiratórias e buscam a salvação em algo que entendam - um ser humano".

Explicando o autoritarismo como método, ele prossegue:

"O método mais usado por líderes autoritários para enfraquecer a democracia é atacar seus mecanismos de autocorreção, um depois do outro, começando, quase sempre, pelos tribunais e pela imprensa. [...] Eles não costumam completar o serviço abolindo de vez as eleições: em vez disso, mantêm-nas como um ritual que serve para dar legitimidade e preservar uma fachada democrática."

Harari lembra que democracias e autocracias não são regimes antagônicos entre si. São partes de um espectro e os países podem se mover na direção de um ou de outro, sem adotar um dos dois de forma plena. E agora, com as democracias sob ataque, ele anota: "As democracias morrem não só quando as pessoas não têm liberdade de falar, mas também quando não querem e não são capazes de ouvir". Olharemos para esse tema mais de perto no próximo fascículo.

Cidadania no território



© Will Tirando

© Will Tirando

Agora que entendemos sobre o funcionamento dos poderes, vamos propor uma reflexão. Todo mundo já deve ter percebido que as discussões políticas nas redes sociais abordam, majoritariamente, o plano federal. E pelo teor dessas discussões, já ficou claro que nunca têm como objetivo a construção de consensos. Afinal, a Política, com "P" maiúsculo, é isso: produzir debates e construir consensos.

Na verdade, a lógica criada pelos algoritmos das redes sociais trabalha contra o bom debate e a construção de consensos. Já existem estudos científicos comprovando que o que mantém as pessoas por mais tempo interagindo e engajando nessas plataformas são as polêmicas, os confrontos e a polarização política.

Sendo assim, é do interesse dos controladores desses aplicativos que a discussão política se mantenha nas temperaturas mais altas possíveis.

Aqui tomaremos o caminho oposto. Para que possamos nos aproximar de uma Cidadania plena, real, na qual o cidadão se sinta parte da vida social e política, iremos deixar as brigas federais lá, nas redes sociais, e vamos pensar a polí-

tica no território, ou seja, vamos manter nossa conversa no plano municipal.

É claro que não iremos entrar nas disputas políticas de cada um dos 5.570 municípios brasileiros. Vamos debater possibilidades de construção de políticas públicas a nível municipal. Acima de tudo, vamos discutir ideias e projetos, não plataformas partidárias.

Nas palavras de Ulysses Guimarães: "a política se faz nos municípios". Vamos atuar no micro, para que, assim, possamos influenciar o macro.



© Diogo Salles/DISTÓPIA



Não que a política municipal seja imune a polarizações. Um bom exemplo, entre tantos outros espalhados pelo Brasil, é o município Campo Formoso (BA), retratado numa série de matérias da *Folha de S. Paulo* sobre desvios na estatal Codevasf:

"A cada dois anos, a cidade protagoniza uma das mais renhidas disputas políticas da Bahia, que passa ao largo de questões partidárias ou ideológicas. Em clima de torcida de futebol, a cidade tem uma disputa entre os grupos Boca Branca e Boca Preta. [...] A disputa se espalha para os distritos e povoados da zona rural da cidade, onde aliados de ambos os grupos trabalham em prol de seus candidatos, mesmo fora do período de campanha eleitoral."

Porém, esses 25 anos de experiência do Instituto em cidades de todos os estados brasileiros comprova que os municípios politicamente mais polarizados avançam menos e entregam menos serviços básicos aos seus cidadãos. Não que governo e oposição devam gostar um do outro, mas se ao menos houver respeito, há maio-

res chances de que as questões que realmente importam para os cidadãos (e moradores, não nos esqueçamos deles) sejam debatidas.

Por outro lado, temos bons exemplos de políticas públicas efetivas, que se expandiram para além de seus territórios de origem. No histórico do IBS, é bastante comum que, a partir de uma política pública bem implementada em um município, outros municípios vizinhos a adotem.

Um ótimo exemplo disso foi o projeto Vamos Jogar e Aprender, que se propunha a trabalhar a Educação Financeira por meio dos jogos Piquenique e Bons Negócios. O projeto começou com um piloto em três municípios cearenses em 2017 e hoje tem impacto em todo o território nacional.

O projeto uniu o poder público, as organizações sociais e as populações locais, tendo sido abraçado pelas comunidades para além dos muros escolares, sendo adotado como política pública e garantindo diversos prêmios não apenas ao Instituto, mas também a professores, que criaram seus próprios projetos utilizando os jogos.

Entraremos mais a fundo nessas políticas públicas no fascículo 4. Por ora, vale a compreensão de como a participação de todos os setores da sociedade é vital nessa construção coletiva.



Projeto Vamos Jogar e Aprender se tornou política pública em diversos municípios

As quatro dimensões da Cidadania

De acordo com os indicadores sugeridos pelo *Cidadanias Sistema de Indicadores*, a cidadania efetiva pode ser mensurada através de quatro dimensões:

- 1. Cidadania vivida:** corresponde às condições em que as pessoas vivem seus direitos;
- 2. Cidadania garantida:** relativo à garantia dos direitos, na forma de políticas, programas e ações por parte do poder público;
- 3. Cidadania percebida:** a forma como as pessoas se percebem como detentoras de direitos e deveres e percebem seus semelhantes;
- 4. Cidadania ativa:** a forma como as pessoas se mobilizam e participam da luta por direitos.

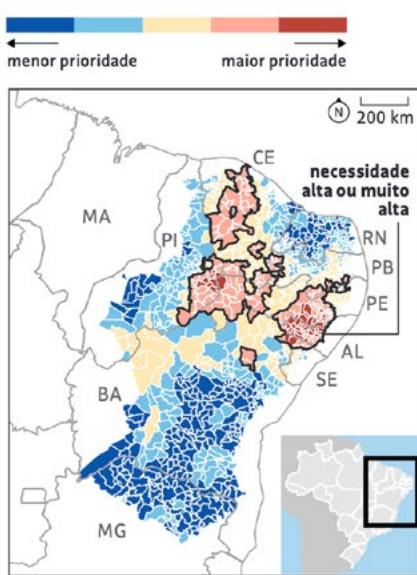
Na dimensão da cidadania vivida, existe uma percepção relativa, uma vez que o público-alvo analisado possui o usufruto de seus direitos básicos, como acesso à água potável, educação, transporte e merenda escolar, mas, por outro lado, demonstraram pouca reflexão sobre esses direitos e não se colocam em posição de debatê-los.

Um exemplo disso são os diversos municípios do sertão brasileiro que apresentam as maiores carências por água potável. Segundo a série especial de reportagens da *Folha de S. Paulo* em 2023 (veja infográfico abaixo), apesar de já existirem estudos de mapeamento apontando onde estão as maiores carências, esses municípios não recebem as verbas das emendas parlamentares por não possuírem padrinhos políticos.

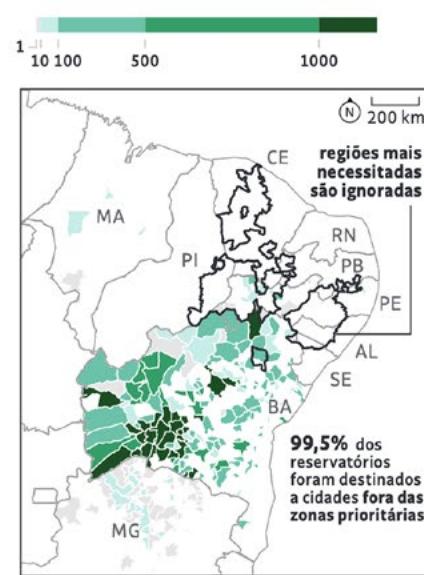
Na dimensão da cidadania garantida, apesar dos esforços do poder público em atender aos anseios da sociedade, dentro das limitações de recursos financeiros e humanos, a população não tem essa percepção por não estar bem-informada sobre as ações da prefeitura e das câmaras municipais, uma vez que grande parte dos municípios mais distantes dos grandes centros não cumprem a Lei nº 12.527, conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI), sobre a qual nos aprofundaremos no fascículo 3.

Cidades mais vulneráveis à seca ficam de fora do envio de reservatórios e de cisternas da Codevasf

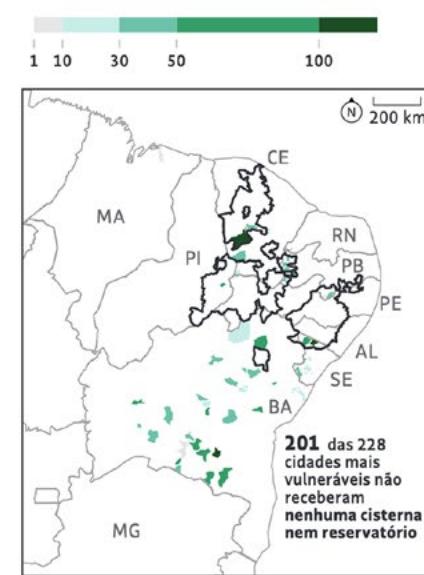
Grau de vulnerabilidade à seca
Por município, segundo critério da Embrapa Territorial



Reservatórios doados em 2022
Em número de unidades



Cisternas instaladas em 2022
Em número de unidades



Observação: Reservatórios incluem caixas-d'água menores e recipientes maiores, de até 10 mil litros, com ou sem sistema de calhas
Fonte: Embrapa Territorial, Codevasf, IBGE

Infográfico: Folha de S. Paulo



A informação ainda não é acessível às populações locais, seja porque os municípios não conseguem dar mais transparência às suas agendas e programas, seja por ainda faltar à população conhecimento sobre a LAI e ter uma visão mais crítica sobre as mídias sociais, que também podem servir para buscar informação e, assim, exercer controle social sobre o poder público.

Na questão da cidadania percebida, de fato há percepção sobre direitos, porém, essa percepção é menor em relação a deveres, principalmente em temas de interesse coletivo. De forma pré-reflexiva, as pessoas acabam reproduzindo a resignação de seus círculos sociais em razão dos seguidos escândalos de corrupção, levando à desilusão política e/ou à mercantilização do voto.

Por fim, os maiores problemas são percebidos na compreensão da cidadania ativa. Em países em desenvolvimento o índice de associativismo se situa abaixo do de países desenvolvidos. Isso se revela, primeiro, porque as pessoas estão mal-informadas sobre a atividade política de sua cidade; e segundo porque elas não se mobilizam para criar uma agenda conjunta e, portanto, não adquirem as ferramentas necessárias para construir essas agendas e embasar as tomadas de decisão.

Em suma, para o cidadão exercer seus direitos de forma plena em sua cidade é preciso ser um organismo vivo dentro do território, com todas as suas relações, conflitos e contradições. Para isso, ainda falta um maior sentimento de identidade e pertencimento, bem como a dimensão de que o território pode ser o solo onde se constrói a política pública.



Cidadania e democracia: muito além do voto

Muita gente pensa que o exercício da Cidadania consiste em se dirigir à seção eleitoral a cada dois anos (considerando eleições gerais e municipais) e apertar o botão “confirma”. Claro, esse é um ponto importante, mas não é o único. Neste curso trataremos desses outros pontos mas, por ora, vamos nos ater à questão do voto.

Em primeiro lugar, você já deve ter ouvido aquela história de que, em eleições, é preciso votar no “menos pior”, no sentido de aceitar o que é ruim para evitar desastres maiores. Nada de errado com isso. É um pensamento pragmático, diante do que muitos acreditam ser um retrato da má qualidade dos postulantes aos cargos públicos.

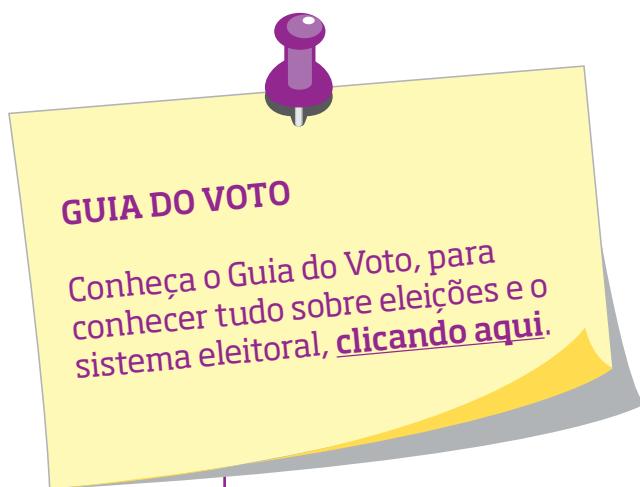
A pergunta é: devemos aceitar essa situação como normal e irremediável? Muita gente pensa que, para resolver o problema, bastaria remover todos os políticos de seus cargos e convocar novas eleições apenas com candidatos novatos, forçando uma renovação geral nos quadros políticos e trazendo um novo cenário para que nosso voto se tornasse mais qualificado.

ESCOLHENDO O “MENOS PIOR”



É uma ideia que já circulou muito em redes sociais e, à primeira vista, parece atraente. Porém, ela perde força e peso ao não considerar que os novos eleitos apenas repetiriam as mesmas práticas de seus antecessores, uma vez que estes representam o mesmo conjunto de valores de seus eleitores.

Não adianta alterar os quadros políticos sem que se mude a nossa cultura política. Portanto, sim, os políticos que estão exercendo cargos hoje nos representam de fato. Embora não gostemos de admitir, eles foram eleitos por nós e pelos nossos valores como sociedade.



No Guia do Voto você vai encontrar:

- 1) Tudo o que você precisar saber na hora do voto;
- 2) Depois do voto, é hora de cobrar e fiscalizar os eleitos (mesmo que o nosso candidato não tenha sido eleito);
- 3) Como participar da vida política de sua cidade.

No Brasil o voto ainda é usado como moeda de troca entre eleitores e candidatos

© Diogo Sales/Trágico e Cômico



Dessa forma, mesmo que essa nova eleição só com novatos fosse realizada, a renovação nos quadros não traria efeito algum pois, após um período de adaptação e acomodação de interesses, essa nova geração conduziria a política para um cenário muito parecido com o que vivenciamos hoje, em que o voto é tratado como mercadoria. Portanto, para compreender o problema, devemos entender a forma como o brasileiro vê o voto.

A cada nova eleição víamos e ouvíamos relatos de gente trocando seu voto por mercadorias de baixo valor ou por favores. Hoje, com a disseminação dos meios digitais, essas práticas ganharam um acervo documental farto, tanto em foto quanto em vídeo.

Dessa forma, estamos diante de uma situação em que sabemos o que realmente pode mudar esse cenário: a desmercantilização do voto. Se o brasileiro puder enxergar que o que ele tem em mãos não é uma mercadoria, e sim um instrumento para o exercício da Cidadania, a tão almejada renovação política virá paulatinamente, eleição após eleição. Afinal, com o voto mais

racional e menos emocional, não reelegeremos vários candidatos que se beneficiam do mercado do voto.

Enfim, a verdadeira luta no combate ao voto no “menos pior” é pelo “voto de opinião”. Um voto qualificado, mais analítico e crítico sobre os discursos dos candidatos. Um voto que não apenas leva em conta o histórico de cada candidato, mas que também conhece as ferramentas do *marketing* político, que sempre tenta manter o jogo do voto como mercadoria, pois assim é mais fácil “vender o candidato como um produto” (é dessa forma mesmo que os marqueteiros de campanha falam em reuniões dos comitês de campanha).

Claro que esse movimento vai encontrar desafios imensos pela frente, especialmente quando as eleições para cargos do executivo chegarem ao segundo turno. Nessa situação, será mais difícil escapar do “menos pior”, mas se pudermos assegurar nosso voto de opinião pelo menos no primeiro turno e para todos os cargos no legislativo (vereador, deputados e senadores), já será um grande avanço em direção à mudança real.

Conservar o patrimônio público: uma ação de cidadania

Imagine que alguém faça uma visita na sua casa e, propositalmente, quebre um objeto seu e vá embora sem nem ao menos pedir desculpas. Agora, imagine alguém que danificou um local público na sua cidade e foi embora debocchando e celebrando seu ato impunemente. Os dois fatos, postos lado a lado, deveriam despertar a mesma indignação.

A preservação do patrimônio público deveria ser percebida como dever de todos. Porém, não é assim que acontece na prática, por conta de uma percepção errada de grande parte da população, de que o que é público pertence ao governo, e não à população. Dessa forma, as pessoas não percebem que museus, escolas, hospitais, praias, praças, prédios públicos e a própria rua em que caminhamos todos os dias, são bens coletivos.

Estamos desacostumados a perceber o município como nosso patrimônio do portão da casa para fora, até porque a conservação dos equipamentos e locais públicos é realizada com o dinheiro de taxas e impostos que nós pagamos! Ao jogar um simples papel de bala na rua, não se está “dando emprego ao lixeiro”, como normalmente se diz, mas se está sujando a própria casa. E essa sujeira se junta a outras, trazendo consequências sérias, como enchentes, por exemplo.

Outro bom exemplo são as praias. Existem praias sujas e limpas em todo o mundo, mas isso não acontece porque temos prefeituras eficientes e outras ineficientes. Acontece porque existem cidadãos que entendem sua responsabilidade na preservação de locais públicos e descartam seus resíduos em local adequado para que, aí sim, a gestão pública possa recolhê-los e levá-los ao destino correto. Por outro lado, existem pessoas que não entendem seu papel de cidadão e largam os resíduos na praia, pois entendem erroneamente que sua preservação é obrigação do poder público.

É claro que as autoridades competentes devem planejar e viabilizar a conservação dos bens públicos, fazendo uma boa gestão dos recursos e os aplicando da melhor maneira. E tudo isso deve ser fiscalizado e cobrado pelos cidadãos. Portanto, a conservação do que é coletivo não diz respeito somente às autoridades, mas a nós também, como cidadãos.

As escolas públicas são um ambiente propício para trabalharmos esses conceitos e trazê-los para a prática desde cedo. O ponto de partida é simples: toda a comunidade escolar usufrui desse patrimônio e, por isso, quando algum bem é danificado ou subtraído, todos perdem. Porém, se ele é bem utilizado, todos ganham.

Trabalhar esse conceito transversal básico de cidadania dentro da escola pode trazer resultados positivos tanto para a própria unidade escolar, quanto também para a cidade, visto que as gerações formadas no chão da escola transmitirão esses conceitos para as gerações seguintes, até que isso se institucionalize e se torne “o novo normal”.



Foto: G1

Os adversários da Cidadania

Você sabia que a Cidadania também tem os seus adversários? Mas esses adversários não são pessoas, nem entidades. São conceitos que se tornaram enraizados na cultura brasileira. O primeiro deles já foi descrito no tópico anterior: o voto no “menos pior”. Mas existem outros.

Talvez o maior desses adversários é a polarização política, pois ela corrói as bases para um debate livre, respeitoso e argumentativo. Levada ao extremo, a polarização política pode levar o país a uma guerra civil. Já tivemos alguns exemplos históricos em que a polarização nos levou para muito perto do conflito.

A polarização trabalha com o propósito oposto ao do bom debate, de forma que cada lado se mantenha inflexível em suas convicções e não estejam abertos ao contraditório. Assim, cada lado se fecha dentro de si, apegado às suas verdades, e os problemas reais e urgentes jamais são discutidos.

“

A guerra é a continuação da política por outros meios.

Carl von Clausewitz

”

POLARIZAÇÃO



© Quintino / O Estado de Minas

É fato que, quanto mais polarizada é a política partidária de um território, menos ele avança no sentido de solucionar problemas. Segundo o que John Stuart Mill, autor-referência no tema, escreveu em 1859:

“O mal peculiar de fazer calar a enunciação de uma opinião está em que é um roubo feito à raça humana; tanto à posteridade quanto à geração atual; àqueles que divergem da opinião, ainda mais àqueles que a seguem. Se a opinião é justa, são privados da oportunidade de trocar o erro pela verdade: se injusta, perdem, o que é um benefício quase do mesmo quilate, o chegar à percepção mais clara e à impressão mais viva da verdade que a colisão desta com o erro produz.”



Como já foi dito aqui, a Política, com "P" maiúsculo, é a construção do debate para que se discutam os problemas mais urgentes e se construam consensos, de forma que todos os atores sejam ouvidos no processo. Claro que esses consensos nunca serão o que as partes considerariam o "ideal", mas a Política é isso: a arte do possível.

Mas a Cidadania não tem adversários apenas em arranjos e circunstâncias políticas. Eles também aparecem em nossa forma de se expressar no cotidiano e se manifestam de forma

quase inocente, através de bordões e chavões populares, típicos do que chamamos de "jeitinho brasileiro", que Oliveira (2012) classificou como "o peculiar modo nacional de nos livrarmos de problemas, ou de falsificá-los".

Alguns desses chavões até provocam riso, mas o efeito prático deles é um só: alimentar a descrença das pessoas de que podemos fazer diferente e melhor. Vamos listar ao lado cinco dessas frases limitantes, que tanto ouvimos, e vamos comentá-las, uma por uma.

1. "Você sabe com quem está falando?" - essa é uma frase muito usada por quem gosta de dar a chamada "carteirada", retrato de um Brasil ainda desigual e autoritário, em que pessoas com alguma autoridade desfrutam de privilégios, enquanto aos cidadãos "comuns", é imposto o rigor da lei.

2. "Ah, paciência. O Brasil é assim mesmo." - essa é a frase mais dita por aqueles que já desistiram e estão tentando te convencer a fazer o mesmo. Certamente desistir é um caminho mais confortável, só que é uma escolha que também traz consequências, pois deixa aquele questionamento "se reclamo tanto da política e dos políticos, por que não faço algo a respeito?".

3. "Ah, mas todo mundo faz..." - quando ouvimos isso, não dá um certo ar de normalidade, de que atitudes reprováveis (ou até ilícitas) teriam encontrado respaldo não na lei, mas na cultura de um povo? Essa frase é prima daquela outra, que diz "essa lei não pegou".

4. "Ele rouba, mas faz." - Se todos roubam, por que não votar naquele que, além de roubar, pelo menos faz alguma coisa? Esse é o raciocínio de quem também já desistiu há muito tempo e agora tenta te empurrar o voto no "menos pior", nivellando a discussão por baixo.

5. "Prefeito que não faz festa não se reelege." - um clássico repetido à boca pequena e, geralmente em cidades pequenas, especialmente no Brasil Profundo. Ela não está escrita em lugar nenhum, mas circula bastante em eventos comemorativos financiados com aquela mesma verba que pode ter faltado no posto de saúde da cidade.



© Diogo Sales/Trágico e Cômico



Além das frases limitantes, temos também alguns termos que são constantemente deturpados. Por exemplo, autoridade é diferente de autoritarismo. A primeira se conquista pelo convencimento e pela Política, o segundo se impõe através do medo e da força.

Outro conceito que tem sido muito deturpado é o da liberdade, pois muitos sugerem que a verdadeira liberdade só acontece quando não há a devida responsabilização pelos atos. John Stuart Mill lembra que existe a liberdade do indivíduo sobre si mesmo, mas que a nossa liberdade, quando posta em relação à sociedade, passa a exigir limites. Segundo ele,

"A única parte da conduta por que alguém responde perante a sociedade é a que concerne aos outros. Na parte que diz respeito unicamente a ele próprio, a sua independência é, de direito, absoluta. Sobre si mesmo, sobre o seu próprio corpo e espírito, o indivíduo é soberano." - John Stuart Mill

PARA LEMBRAR SEMPRE

Autoridade ≠ Autoritarismo

Liberdade de expressão ≠ Ofensa

Liberdade ≠ Impunidade

Da mesma forma, liberdade de expressão é diferente de liberdade de ofensa, sendo que, na primeira, a pessoa tem plena consciência de que será responsável pelo que disse. Já na segunda, a pessoa acredita que pode ofender quem quiser e como quiser sem ser responsabilizado ou sofrer qualquer punição. Enfim, segundo diz o ditado popular: "a minha liberdade termina onde começa a sua".

Os aliados da Cidadania

Da mesma forma que a Cidadania tem adversários, ela também tem seus aliados. Antes de enumerá-los aqui, vale um questionamento, que nos conduz ao ponto chave da discussão:

A discordância é algo ruim ou bom?

Segundo as "leis" brasileiras, discordância é algo ruim, pois sugere desavenças, tensionamentos e até brigas. Isso acontece quando temos pessoas que tentam impor suas visões a outros sem fazer qualquer concessão. Aí, quando duas pessoas com esse perfil impositivo e incapazes de dialogar se chocam, acaba em briga.

Mas quem comprehende a Cidadania em todos os seus significados, sabe que a discordância pode ser algo positivo, no sentido de pesar

todas as diferentes visões, estudar as alternativas e, assim, chegar a um consenso - e consenso aqui entendido como saída pacífica e debatida em cima de argumentos, ideias, conceitos e dados. Ou seja, uma decisão refletida e apurada.



© Laerte / Folha de S. Paulo



Mas como obter esse bom debate de ideias para tomadas de decisão mais seguras e confiáveis? Assim, chegamos ao aliado número 1 da Cidadania: o RESPEITO. Não é preciso concordar com tudo o que o outro diz, mas respeitá-lo, sem desconsiderar suas ideias.

Falando assim, tudo parece muito simples e óbvio, mas, na prática, o que tem ocorrido é o oposto. Vivemos uma nova era de polarização travada nas redes sociais, em que as ofensas, os xingamentos e as brigas têm sido quase regra na arena pública.

Essa situação ocorre, em grande parte, pelos algoritmos, que impulsionam (e até patrocinam) esse estado de coisas. Como dito, abordaremos mais a fundo este tema no próximo fascículo. A falta de respeito acontece quando se perde a consideração pelo outro, acreditando que a

visão diferente que ele propõe não é válida. A partir daí, temos um efeito dominó: na falta de respeito e consideração pelo outro, morre o aliado número 2 da Cidadania: a UNIÃO.

Mas não devemos entender a união como uma situação em que todos se dão as mãos e concordam com tudo. União aqui significa se organizar e se reunir para discutir os problemas e encontrar soluções. É nessa (re)união entre os diferentes que a Cidadania floresce e se chega ao aliado número 3 da Cidadania: o DEBATE. Sem debate, não há Cidadania. É simples assim.

Vale notar que as pessoas que veem a (re)união e o debate entre os diferentes como utopia são as mesmas que advogam pela concordância total em uma visão única. Cuidado: isso é pegadinho! Então, vamos ilustrar abaixo o nosso caminho lógico para a Cidadania:



Portaria 642: por uma Educação mais Cidadã

Quem defende a cidadania como a base onde se constrói o chão da escola tem se perguntado porque essa temática tão fundamental praticamente desapareceu das salas de aula nas últimas décadas. Esse debate remonta a disciplinas específicas do passado. O exemplo mais claro desse movimento aconteceu em 1969. Para dar ordenamento e amparo pedagógico ao que o governo militar chamava de cidadania, foi instituída no currículo escolar uma disciplina chamada Educação Moral e Cívica, através do Decreto-Lei 869.

Carregado de chamamentos patrióticos e questões que confundiam moral com moralismo, o Decreto-Lei foi revogado em 1993 pelo governo de Itamar Franco não só pela obsolescência do texto, mas pelo entendimento de que as questões que envolvem a cidadania devem ser abordadas de forma transversal dentro do currículo regular, visão que permanece até os dias de hoje.

Porém, diante dos problemas estruturais que a educação brasileira enfrenta - e sem uma metodologia clara de como apresentar essa temática em sala de aula -, a cidadania se tornou letra morta em nossas cartilhas nas décadas que se seguiram à revogação de 1993.



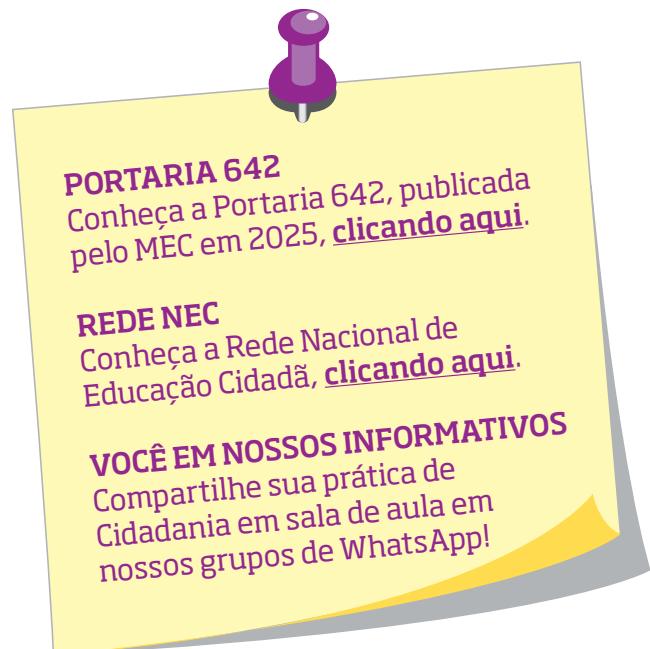
© Adão Itururugari

O tema só voltaria a ser lembrado durante o debate para a construção da nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que foi homologada em 2017. A inclusão representava uma boa notícia, mas ainda enfrentava obstáculos, tanto do ponto de vista teórico, como objeto de debates interdisciplinares; quanto do ponto de vista prático, com atividades que proporcionassem vivências significativas aos alunos. Era preciso avançar concretamente.

Um novo passo foi dado em setembro de 2025. Após dois anos de escutas e diálogos entre o poder público, a academia e a sociedade civil, o Ministério da Educação publicou a Portaria 642, que institui o Programa Nacional de Educação para a Cidadania e Sustentabilidade.

Junto a isso, a Rede NEC (Rede Nacional de Educação Cidadã) está reunindo todos os atores que defendem a Educação Cidadã para compor essa rede e compartilhar boas práticas, visando a construção de uma Matriz de Saberes da Educação Cidadã – e se o Instituto Brasil Solidário integra esta rede, você, aluno deste curso, também faz parte dessa construção, com sua prática em sala de aula.

O objetivo agora é utilizar componentes que já constam na BNCC para a construção de metodologias capazes de subsidiar nossos professores e inserir essa temática dentro do currículo de forma dinâmica e significativa aos alunos. Assim sendo, não deixe de compartilhar a sua prática de Educação Cidadã conosco, pois ela pode entrar não só em nossos informativos, como também compor essa Matriz de Saberes!



Para finalizar: sim, nós temos oficinas!

Existem diversas formas de abordar o tema da cidadania numa oficina com alunos. Pode ser através de apostilas educativas, pode ser inserindo temas transversais dentro de sala de aula, ou mesmo debates abertos sobre temas da atualidade. Mas e se essa oficina puder ser tudo isso e muito mais?

Para o Instituto Brasil Solidário, o objetivo final de todas os projetos produzidos é que, no curto e médio prazo, tenham continuidade. É desta forma que, no longo prazo, os projetos podem se tornar políticas públicas. Porém, com as constantes mudanças de gestão, os projetos enfrentam o desafio imediato da continuidade.

Assim, entendemos que, para enfrentar esse desafio, o melhor caminho é através da integra-

ção das atividades e da união da comunidade escolar, em que alunos se juntam a professores e diretoria na construção de modelos de trabalho que deem sustentabilidade aos projetos.





Mas antes de promover essa integração, é necessário estabelecer uma base teórica, para que tudo aconteça de forma respeitosa e responsável. Com essa premissa, a Oficina de Cidadania do Instituto costuma abrir os seus trabalhos fazendo a alunos e professores a mesma indagação que fizemos lá no início do curso: "Você é um morador de sua cidade ou é um cidadão dela?".

Após a surpresa inicial do público-alvo da oficina - alunos a partir do 8º ano do Fundamental -, promovemos um longo debate sobre direitos, deveres, cidadania no território (através da política) e cidadania digital. Durante essas rodadas de debates, troca e escuta, é importante captar os anseios da comunidade escolar, para que essa construção ocorra de forma coletiva e dê voz a todos os atores.

Para promover uma melhor conexão entre a diretoria, professores e alunos, levamos a proposta de criar grupos de trabalho. Por exemplo, a Equipe Cultura fica responsável por apresentar ideias para eventos literários e culturais, os espaços da biblioteca; a Equipe Jogos pode apresentar ideias para rodadas de jogos variados, incluindo os nossos jogos de Educação Financeira (Piquenique, Bons Negócios, PIC\$ e BIO); e à Equipe Comunicação sugerimos a missão de divulgar informações sobre o dia a dia da escola nos planos físico (mural) e digital (Instagram).

Após reunirmos as propostas dos três grupos, transcrevemos todas em um documento chamado Plano de Ação que, ao final, traz um Termo de Compromisso, que todos devem assinar (todos mesmo: alunos, professores, diretora e Instituto!).





São Luís (MA): debate entre alunos da oficina e representantes da Secretaria Municipal de Educação sobre a construção de uma quadra poliesportiva no terreno localizado nos fundos da escola.

Mas a Cidadania às vezes nos lança desafios diferentes. Em junho de 2024, na Escola Rosália Freire, em São Luís (MA), foi detectada uma segunda demanda, que trazia a urgência dos jovens presentes.

Assim, foi necessária uma roda de debates com representantes da Secretaria Municipal de Educação em que essa demanda fosse abordada: a construção de uma quadra poliesportiva no terreno localizado nos fundos – uma promessa antiga, que vem desde a inauguração da escola em 2006.

Dessa forma, foi necessária a redação de um segundo documento: um requerimento que foi protocolado na prefeitura, junto a um abaixo-assinado que reuniu assinaturas de toda a comunidade escolar, solicitando a construção dessa quadra e alertando para sua urgência, uma vez que a escola estava sem aulas de Educação Física desde antes da pandemia e tampouco possui um espaço externo de integração entre os estudantes.

Cinco meses depois da oficina, 1.300 assinaturas foram recolhidas, numa mobilização que envolveu toda a escola e percorreu a comunidade. O abaixo-assinado foi anexado ao requerimento e protocolado na prefeitura.

Além do diálogo, do respeito às divergências e dos direitos e deveres de um cidadão, esta oficina tem como missão dar voz à comunidade escolar para a construção coletiva de políticas públicas que garantam o direito de todos.

E, ao final da oficina, com todos os resultados alcançados, ninguém mais tinha qualquer dúvida sobre a indagação lançada lá no início. Mas não voltaremos a essa questão agora. Por ora, basta compreendermos que a Cidadania, com “C” maiúsculo, não é algo que você conquista e guarda na prateleira, como se fosse um troféu. É algo a ser cultivado no dia a dia, através de nossas atitudes, costumes e cultura. Nos próximos fascículos, veremos como podemos exercer a nossa Cidadania de forma mais plena.



São Luís (MA): à esquerda, o terreno onde a quadra será construída.

À direita, as 1.300 assinaturas recolhidas para o abaixo-assinado anexado ao requerimento protocolado na prefeitura.



Leituras recomendadas



Cidadania no Brasil - o longo caminho

Autor: José Murilo de Carvalho

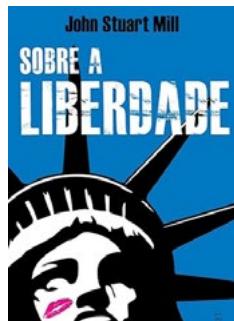
Editora: Civilização Brasileira; 27ª edição (2021)



A corrupção na História do Brasil

Organizadores: Rita Biason e Roberto Livianu

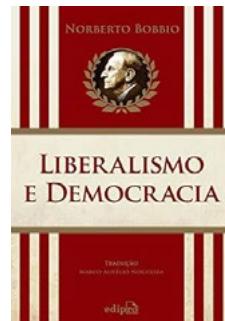
Editora: Mackenzie (2019)



Sobre a Liberdade

Autor: John Stuart Mill

Editora: L&PM; 1ª edição (2016)



Liberalismo e Democracia

Autor: Norberto Bobbio

Editora: Edipro; 1ª edição (2017)

LIVROS PARA ALUNOS DO FUNDAMENTAL - Anos Iniciais

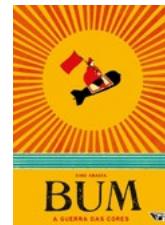
Também existem boas alternativas de leitura literária para alunos do Ensino Fundamental - Anos Iniciais. Ao lado temos duas boas dicas para quem já quer iniciar o tema da cidadania desde já!



Sapiência e Enrolado

Autor: Rodrigo Munari

Editora do autor (2023)



BUM: A Guerra das Cores

Autor: Ximo Abadía

Editora Boitatá (2024)

Filmes recomendados (faixa etária: 14 anos)



Sobre as consequências da polarização política:

Guerra Civil

(*Civil War*)

2024



Sobre os bastidores de uma campanha política:

Tudo Pelo Poder

(*The Ides of March*)

2011



Sobre marketing político:

Especialista em Crise

(*Our Brand is Crisis*)

2015



Sobre jornalismo investigativo:

Todos os Homens do Presidente

(*All the President's Men*)

1976



Referências Bibliográficas

ARENDT, Hannah. O que é Política? Editora Bertrand Brasil Ltda, 1993.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Senado Federal, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm>. Acesso: 10 mar. 2024.

BRASIL. Portaria nº 642, de 16 de setembro de 2025. Institui o Programa Educação para a Cidadania e para a Sustentabilidade. Ministério da Educação, 2025. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-mec-n-642-de-16-de-setembro-de-2025-656576671>>. Acesso: 18 out. 2025.

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: o longo caminho. Civilização Brasileira, 2001.

CIDADANIAS SISTEMA DE INDICADORES. As Dimensões da Cidadania. Disponível em: <<https://cidadanias.ibase.br/as-dimensoes-da-cidadania/>>. Acesso em: 28 set. 2024.

DAMATTA, Roberto da. Você sabe com quem está falando? Estudos sobre o autoritarismo brasileiro. Editora Rocco, 2020.

DANTAS, Humberto. Guia do Voto - Eleições Municipais. Programa Cidadania - Instituto Votorantim, 2020. Disponível em: <https://programacidadania.org.br/guiadovoto/Votorantin_Guia_do_Voto_DIGITAL_e-mail-0x3-compressed.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2024.

GAVIÃO, Leandro; LOPES, Guilherme Galvão. Filhos da Nova República: os partidos tradicionais e as eleições municipais. Le Monde Diplomatique Brasil. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/filhos-da-nova-republica-os-partidos-tradicionais-e-as-eleicoes-municipais/>>. Acesso em: 12 out. 2024.

HARARI, Yuval Noah. Nexus: Uma breve história das redes de informação, da Idade da Pedra à inteligência artificial. Companhia das Letras, 2024.

INSTITUTO BRASIL SOLIDÁRIO. Cidadania na Escola - Relatório Final. Disponível em: <http://www.brasilsolidario.org.br/wp-content/uploads/Cidadania_na_Escola.pdf>. Acesso em: 28 set. 2024.

INSTITUTO BRASIL SOLIDÁRIO. IBS Notícias, edição de maio/junho de 2024. Disponível em: <https://www.brasilsolidario.org.br/wp-content/uploads/IBSNoticias_2024_05_06.pdf>. Acesso em: 6 out. 2024.

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. Tendência para o autoritarismo é alta no Brasil, diz estudo. Disponível em: <<https://www.ihu.unisinos.br/publicacoes/78-noticias/572424-tendencia-para-o-autoritarismo-e-alta-no-brasil-diz-estudo>>. Acesso em: 28 set. 2024.

MARSHALL, T. H. Cidadania, classe social e status. Trad. Meton Porto Gadelha. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

MILL, John Stuart. Sobre a liberdade. 2ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1991.

NEVES, José Roberto de Castro. Entre cadeiradas e lacrações, ninguém mais se fala, ninguém se escuta. Brazil Journal. Disponível em: <<https://braziljournal.com/opiniao-entre-cadeiradas-e-lacracoes-ninguem-mais-se-fala-ninguem-se-escuta/>>. Acesso em: 6 out. 2024.

OLIVEIRA, Francisco de. Jeitinho e jeitão. Revista Piauí. Outubro de 2012. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/jeitinho-e-jeitao/>>. Acesso em: 28 set. 2024.

REDE NEC. Rede Nacional de Educação Cidadã. Disponível em: <<https://redenec.org/>>. Acesso em: 18 out. 2025.

RODRIGUES, Artur; MARTINS, Cristiano; FERREIRA, Flávio e PITOMBO, João Pedro. Emenda parlamentar expõe distorção e amplia abismo no acesso à água. Folha de S. Paulo, 1 out. 2023. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/09/emenda-parlamentar-amplia-abismo-no-acesso-a-agua-com-abandono-e-desperdicio.shtml>>. Acesso em: 10 mar. 2024.

Conteúdo protegido - Proibida a reprodução sem créditos ao Instituto Brasil Solidário
para fotos ou contextos de projetos apresentados

